

EDUCAÇÃO: DA ALFABETIZAÇÃO AO LETRAMENTO

GILVÂNIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO GONZALEZ (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO).

Resumo

Este trabalho apresenta algumas reflexões oriundas da minha monografia de especialização na área de Letras, mais precisamente área de Lingüística. Seu objetivo foi investigar as relações entre alfabetização e letramento, propiciando condições de aprofundamento conforme seus interesses e necessidades no campo da educação, fazendo um estudo desde o Brasil-Colônia até o ideal republicano de educação para o povo. Embora alfabetização não seja pré-requisito para letramento, este está relacionado com a aquisição, utilização e funções da leitura e escrita em sociedades letradas, como habilidades e conhecimentos que precisam ser ensinados e aprendidos, estando relacionado também com a escolarização e a educação e abrangendo processos educativos que ocorrem em situações tanto escolares quanto não-escolares. São, portanto, fenômenos, ainda, complexos que mantêm, entre si, relações também, ainda, complexas. Partindo de uma análise bibliográfica, a opção foi por apresentar uma síntese das principais questões envolvidas, analfabetismo, alfabetização e letramento, utilizando, para tanto, dados e informações obtidos em diferentes fontes de consulta: documentos oficiais, dicionários gerais e técnicos, textos de história da educação e da alfabetização e textos acadêmicos produzidos por pesquisadores brasileiros. Partindo desses pressupostos constatamos que a educação e letramento possuem conceitos e práticas inter-relacionadas e complementares entre si. Além da contribuição para a reflexão sobre problemas culturais e sociais mais amplos, entre o conceito de letramento, que abrange os usos e funções sociais da leitura e da escrita em uma sociedade letrada, e o conceito de educação, que abrange processos educativos que ocorrem não apenas em situação escolar, mas também em situações não-escolares, vêm-se evidenciando uma relação bastante fecunda e promissora, no sentido de avanços na conquista de direitos humanos básicos e que devem ser distribuídos igualmente entre todos, para o exercício pleno da cidadania.

Palavras-chave:

educação, alfabetização, letramento.

1. APRESENTAÇÃO

Para se chegar a atual discussão sobre as relações entre alfabetização e letramento, objetivo deste trabalho, faz-se necessário, aqui, um estudo a respeito do percurso histórico da noção de analfabetismo e sua relação com a alfabetização, a escola e a educação, buscando situar a questão desde o Brasil-Colônia até os dias atuais, destacando o ideal republicano de educação para o povo. Partindo do analfabetismo, historicamente visto como problema político, são vários os conceitos desenvolvidos ao longo do tempo, até chegar ao possível esgotamento do significado de alfabetização, arrolando considerações a respeito das palavras "analfabeto", "analfabetismo", "alfabetização", "alfabetizar", "alfabetizado". Igualmente importante é uma discussão de alguns conceitos de "letramento", "letrado" e "iletrado" e dos significados e sentidos que lhes foram sendo atribuídos por pesquisadores e estudiosos ao longo da história, detendo-se nas definições e considerações sobre letramento contidas em textos acadêmicos produzidos por brasileiros, a partir da década de 1980. Para finalizar, são destacados alguns

aspectos sobre leitura e escrita, sociedade letrada, dimensões sociais do letramento, relações entre letramento, alfabetização e escolarização, e a necessidade de um projeto escolar que compreenda letramento como meio de transformação da sociedade e diminuição, se não extinção, das desigualdades econômicas, políticas e culturais. Por fim, algumas considerações são retomadas para a legítima ratificação do que foi exposto inicialmente.

2. ANALFABETISMO E ALFABETIZAÇÃO: uma perspectiva histórica e política

Durante o período colonial, existia, no Brasil, um grande número de pessoas que não sabiam ler e escrever, fato atribuído a questões de natureza política. A educação ficava a cargo de ordens religiosas, particularmente a dos jesuítas, cuja preocupação com a educação era de cunho evangelizador. Com a expulsão dos jesuítas do país, no entanto, iniciou-se um processo de organização da instituição pública, visando à formação do indivíduo para o Estado e não mais para a Igreja.

Em 1822, com a proclamação da Independência do Brasil, a instalação de uma monarquia constitucional e a criação do Estado-Nação, algumas medidas abrangentes em relação à instrução pública e organização política e social do país começaram a ser tomadas. A gratuidade da instrução primária passou a constar da Constituição Imperial de 1824 e foi regulamentada por lei, em 1827.

Apesar dos esforços para a implementação da escola elementar no final do período imperial, a grande maioria dos habitantes do país permanecia sem acesso às letras. A formação ficava por conta do investimento particular das famílias (VILELA, 2000).

As marcas de três séculos de colonização portuguesa na instrução primária pesaram por meio século depois da Independência. Observa-se, no censo realizado em 1872, que "mais de 85% da população era analfabeta e [...] incapaz de ler um jornal, um decreto do governo, [...]" (CARVALHO, 2001: 32). Entre os analfabetos incluíam-se não só trabalhadores rurais ou pessoas humildes, mas muitos dos grandes proprietários rurais.

Somente ao final do Império é que surgiu a condição de analfabeto. Novos fatos e idéias conferiram visibilidade ao fenômeno designado de analfabetismo, um problema de caráter eminentemente político, com a proibição do voto aos analfabetos.

Nessa época, o ensino das primeiras letras continuava significando o ensino dos rudimentos da leitura e da escrita. A importância dada à leitura predominava sobre a escrita, identificada, muitas vezes, pela assinatura do nome ou pela caligrafia. Desse modo, o ensino da leitura baseava-se no "método da soletração e no método da silabação, os quais eram tidos como rotineiros e de 'tradição herdada'" (MORTATTI, 2004: 54). No entanto, uma discussão sistemática dessa "rotina" disseminou uma proposta para a metodização do ensino da leitura com base no método da palavração, com base na iniciativa do professor Antonio Jardim, que divulgou no Brasil o *método João de Deus*, publicado pelo poeta português João de Deus, na Cartilha maternal, em 1872.

Com a proclamação da República, em 1889, intensificou-se a necessidade de intervenção institucional na formação dos cidadãos, sobretudo das novas gerações,

por meio da educação e da instrução primária, com o objetivo de reverter o "atraso do Império" e fundar uma "civilização". Por esta razão, implementou-se o processo de escolarização das práticas culturais da leitura e da escrita, entendidas, do ponto de vista de um projeto político liberal, como agente de esclarecimento, e com fundamentos de uma nova ordem política, econômica e social.

No contexto de organização do sistema público de ensino, "novos fatos e novas idéias foram configurando novas e mais sistemáticas maneiras de compreender as funções da leitura e da escrita" (MORTATTI, 2004: 55-56). Nessa época, a leitura era entendida como atividade de pensamento que possibilitava a comunicação com o outro. E a escrita se referia à caligrafia e ortografia como meio de acesso à leitura. Todavia, muitos brasileiros não sabiam ler, nem escrever, e essa condição continuava sendo um problema político. A primeira Constituição republicana continuou discriminando esses brasileiros, pois manteve a proibição do voto aos analfabetos, acreditando no argumento principal de que essa proibição lhe serviria de poderoso incentivo para sair de seu estado de ignorância, por considerar, inclusive, os analfabetos recém libertos da escravidão. Algumas vozes discordantes lamentavam e lastimavam o uso político da circunstância de o indivíduo saber, ou não, ler e escrever, bem como advertiam para o equívoco de se considerarem como incompetentes os cidadãos analfabetos, que até poderiam ser superiores em critério moral e social a muitos capitalistas "letrados". Segundo o autor (CURY, 2001):

Os analfabetos foram duplamente discriminados: a eles foi imputada a causa do problema do analfabetismo; e eles é que deveriam buscar a instrução como um ato de virtude e vontade pessoal, pois o Estado (liberal) se omitiu em relação à garantia de obrigatoriedade e gratuidade da instrução primária (p.195).

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, o sistema escolar expandiu-se, dando margem à oficialização do método analítico para o ensino da leitura. As palavras analfabetismo, analfabeto, alfabetização e alfabetizado começaram a ser gradativamente difundidas e utilizadas, sempre em estreita relação com a escola, ressaltando-se que a expressão "ensino da leitura e escrita" continuava a ser utilizada com equivalente a alfabetização. Aquele que utilizava as tecnologias da leitura e escrita, rariedade, por considerando-siogiosas, era considerado alfabetizado.

A partir das décadas iniciais do século XX, começaram a se utilizar e difundir as palavras: analfabeto, aquele que ainda não aprendeu a ler e escrever porque não iniciou os estudos escolares ou foi reprovado no primeiro ano escolar; analfabetismo, estado ou condição de analfabeto; alfabetização, ato ou efeito de alfabetizar, ou seja, ensinar a ler e escrever aos analfabetos; alfabetizado, aquele que aprendeu a ler e escrever, ou seja, foi aprovado no primeiro ano escolar. Inseridas no contexto de uma intensa campanha contra o analfabetismo, a alfabetização do povo passou a ter importância em toda a sua força política e potencialmente nacionalizadora.

Por muito tempo, o problema do analfabetismo continuou sendo retomado como legitimação política. A reforma da instrução pública foi-se configurando como estratégia política, cujo alvo não era a mera alfabetização, mas a verdadeira

educação. A escola deveria educar a favor da disseminação da cultura e conduzir o homem para novas condições de vida.

No contexto de reorganização do Estado-Nação, de unificação das diretrizes para educação, e de gratuidade e obrigatoriedade ao ensino, à mesma época da discussão sobre o uso das palavras "analfabeto" e "analfabetismo", continuava a ser utilizada a expressão "ensino da leitura e escrita" para designar um problema central do ponto de vista político, social e cultural. Mas foi-se tornando cada vez mais frequente a utilização da palavra "alfabetização", designando um processo que talvez seja mais familiar, dada à proximidade no tempo, o ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Nesse momento, a escrita passou a ser compreendida não mais como questão de caligrafia, mas como meio de comunicação e instrumento de linguagem, ao passo que, a leitura passou a ser compreendida não mais como "processo ou habilidade de interpretar o pensamento escrito de outrem" (MORTATTI, 2004:64), mas como meio de ampliar as experiências e estimular poderes mentais.

Nesse contexto, relacionado com novas maneiras de compreender a alfabetização, as discussões sobre métodos de ensino da leitura foram se concentrando nos métodos mistos ou método global, mas cedendo espaço para as discussões relativas aos aspectos psicológicos, em detrimento dos linguísticos e pedagógicos. Na estreita relação entre alfabetização e escola, passaram a ser incluídos os problemas referentes à alfabetização de adultos, que visava uma formação rápida, econômica e eficiente, a fim de integrar o elemento estrangeiro, fixar o homem no campo e organizar a educação nacional, ou seja, visando a uma educação renovada, centrada na psicologia aplicada à organização da escola e do ensino e adequada ao projeto político de planificação e nacionalização em todos os setores da sociedade brasileira. Assim, expandiu-se a instrução primária. Mesmo com um número maior de crianças na escola, as taxas de analfabetismo não reduziram, pois não podiam ser considerados alfabetizados aqueles que não fossem aprovados ao final do primeiro ano escolar; era preciso pensar e praticar. O ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, acompanhado de novas exigências sociais em relação às duas modalidades, passou a considerar alfabetizado aquele aluno capaz de ler e escrever um bilhete simples; aquele que soubesse apenas assinar seu nome era considerado analfabeto. A palavra "alfabetização" passou a designar um processo de caráter funcional e instrumental, relacionado com o ideal político liberal de democratização da cultura e da participação social.

A palavra "alfabetização", a luz deste último significado, foi sendo disseminada pelos discursos, pelas práticas pedagógicas e pelas cartilhas de alfabetização. Segundo o autor (FREIRE, 1983, apud SOARES, 2000):

[...] os sentidos das palavras "alfabetização", "alfabetizado", "analfabetismo", "analfabeto" se abrangem, passando a abranger questões relacionadas não apenas à aquisição do código escrito em situação escolar, mas também à "leitura do mundo" e, em decorrência, a uma participação mais consciente de cada cidadão na transformação da realidade política, social e cultural brasileira. (p. 74)

A educação, a partir do movimento político-democrático, passa a buscar teorias e práticas didático-pedagógicas para integrar a escola, o ensino e a alfabetização.

Foram gestadas a Constituição de 1988, a Lei 9394 (LDB) e os PCNs (1996). Uniram-se esforços para, nos dez primeiros anos, eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país. E, em meio às inovações educacionais, de pesquisas acadêmicas e extensão universitária, surge uma "nova" teoria para as opções didático-pedagógicas: o construtivismo, inovando a compreensão do processo de alfabetização. A Alfabetização passava a designar a aquisição, por parte de crianças, da lectoescritura, da leitura e da escrita, simultaneamente. Esse processo de aquisição da aprendizagem foi compreendido como individual, resultante da interação do sujeito com a língua escrita. Trata-se de uma mudança de paradigma que gerou sério impasse entre o questionamento da possibilidade do ensino da leitura e escrita e de sua metodização e a ênfase no como se aprende a ler e a escrever, ou seja, como se autoalfabetiza. Assim, alfabetizado, pode ser considerado, aquele que conseguiu compreender a base alfabética da língua escrita.

Os estudos em Linguística e Psicolinguística começaram a se expandir, propiciando novos modos de compreender e praticar a alfabetização. Os fundamentos do interacionismo lingüístico conquistavam espaço e, desse ponto de vista, alfabetização designa o processo de ensino-aprendizagem de leitura e escrita compreendidas como atividades linguísticas. Quando se ensina e se aprende a ler e a escrever, já se está lendo e produzindo textos escritos, e essas atividades dependem diretamente das relações de ensino que ocorrem na escola, principalmente na relação professor e alunos. Alfabetizado designa, então, o estado daquele que sabe ler e produzir textos, com finalidades que extrapolam a situação escolar e remetem às práticas sociais de leitura e escrita, algo muito próximo à leitura e escrita "do mundo". Diante da perspectiva construtivista e interacionista, o autor (MORTATTI, 2004) ressalta:

Ambas as perspectivas criticam explicitamente a concepção de alfabetização restrita à codificação e decodificação de sinais gráficos, mas apresentam diferentes explicações e propostas para ampliar essa concepção, o esforço de um conceito ampliado e diferenciado de alfabetização nas perspectivas construtivistas e interacionistas indica a existência de 'alfabetizações' (no plural), mas não implica necessariamente a noção de letramento (p. 77).

Uma nova abordagem da alfabetização, numa perspectiva histórica e sociológica, aos poucos começou a ganhar visibilidade no Brasil. Tal abordagem contribuiu, significativamente, para ampliar as reflexões sobre os limites e as possibilidades de compreensão do fenômeno e dos problemas a ele relacionados. A partir desse momento histórico, a palavra "analfabeto" vem sendo utilizada para designar o indivíduo que não sabe ler e escrever porque não tem instrução primária; a palavra "analfabetismo", para designar esse estado ou condição de analfabeto, sobretudo para indicar critérios de avaliação censitária; ambas passaram a ser adjetivadas: "analfabeto funcional" para designar o indivíduo com menos de quatro anos de escolaridade, e assim, "analfabetismo funcional" a condição do indivíduo. Por fim, é nesse período que, no âmbito dos estudos e pesquisas acadêmicos, formulações e proposições da palavra "letramento" situam-se para designar mais do que se podia designar com a palavra "alfabetização".

3. ALFABETIZAÇÃO VERSUS LETRAMENTO

A história da palavra "letramento", no Brasil, inicia-se com a introdução, em estudos e pesquisas acadêmicos, do termo inglês "literacy", traduzido por "alfabetização" ou "alfabetismo". Muitos aspectos dos seus significados vêm sendo abordados em critérios utilizados nas avaliações de sistemas de ensino e de estudantes, em livros didáticos, nos textos acadêmicos e em documentos oficiais para a educação básica, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997).

A definição de letramento para Kato (2001) está relacionada com a função da escola de formar cidadãos letrados, do ponto de vista tanto do crescimento cognitivo individual quanto do atendimento a demandas de uma sociedade que prestigia a língua padrão. Leda V. Tfouni (1998), por sua vez, evidencia as relações entre escrita, alfabetização e letramento, centrando o termo letramento nas práticas sociais de leitura e escrita e nas mudanças por elas geradas em uma sociedade, quando esta se torna letrada. Assim, letramento é situado no âmbito social, com foco em aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita, indicando algo mais que alfabetização.

A leitura e a escrita constituem um grande conjunto de habilidades cognitivas e metacognitivas, o que dificulta a definição do termo letramento. No entanto, na dimensão individual do letramento, as habilidades de leitura e escrita determinam e caracterizam uma pessoa letrada. Leitura e escrita são consideradas atividades sociais, que variam no tempo e no espaço e dependem do tipo de sociedade, bem como dos projetos políticos, sociais e culturais. Em sua dimensão social, letramento é um conjunto de práticas sociais em que os indivíduos se envolvem de diferentes formas, de acordo com as demandas do contexto social e das habilidades e conhecimentos de que dispõem. Nessa dimensão social, são plurais os eventos e as práticas de letramento. Mesmo adultos ou crianças analfabetas, ou pertencentes a grupos com cultura predominantemente oral, podem ser considerados letrados em certo nível, porque podem utilizar em seu discurso oral características do discurso escrito que lhes permitem perfeita comunicação.

A alfabetização é um processo continuado, e ao longo do qual podem ocorrer diferentes níveis individuais de domínio das habilidades e dos conhecimentos envolvidos, mas o seu resultado, saber ler e escrever, pode ser pré-fixado, reconhecido e medido com certa objetividade, sem excluir certa arbitrariedade; o letramento, por sua vez, é continuado, envolve um processo permanente, cujo resultado final não se pode definir, nem pré-fixar, impossibilitando a distinção necessária entre analfabetismo e alfabetismo e entre iletrado e letrado, tanto do ponto de vista individual quanto social.

4. LETRAMENTO E ESCOLARIZAÇÃO: o sujeito letrado

No contexto escolar, vem-se buscando relacionar alfabetização e letramento. Entretanto, é necessário entender que a introdução do "letramento" no âmbito das práticas escolares não deve se configurar como mera substituição da "alfabetização", nem "alfabetização" como pré-requisito para o "letramento". A relação entre esses termos envolve diferentes preocupações, como a relação entre o letramento social (que ocorre na escola e não é sinônimo de alfabetização) e letramento social (não-escolar, que ocorre fora da escola). Porém, ambos são sociais, pois o contexto escolar é parte integrante do contexto social.

No contexto escolar, eventos e práticas pedagógicas se tornam objetos de ensino e aprendizagem submetidos a uma organização sistemática e metódica, mediante processo de seleção e estabelecimento, de acordo com critérios didáticos, de conteúdos e atividades a serem desenvolvidos e avaliados, visando promover a aprendizagem do aluno. Ocorre, assim, a "pedagogização do letramento", ou seja, processo no qual práticas sociais de letramento se tornam, segundo Soares (1999), práticas de letramento a *ensinar, ensinadas e adquiridas*.

Nesse sentido o letramento passa a integrar uma cultura especificamente escolar, entendida como certos eventos e práticas que organizados e sob o efeito dos imperativos de didatização, passam a constituir o objeto de mera transmissão, imagem idealizada de letramento. Todavia, o conceito de letramento vai além das questões pedagógicas, amplia-se para dimensões educacionais; e não se restringe à área de língua portuguesa, serve de eixo articulador para todo currículo da educação básica. Assim, o centro do conceito de letramento não deve estar na leitura e na escrita, mas na relação entre a cultura escolar e a cultura social (RIBEIRO, 2005). Ou seja, nos usos que o indivíduo faz do conhecimento adquirido por meio da leitura e escrita.

A comunidade educativa escolar é um espaço em que os sujeitos podem conviver com diferentes conteúdos, com variadas formas de veículos de expressão cultural, com gêneros textuais distintos, em situações comunicativas distintas. De um ponto de vista social, portanto, trata-se de considerar a existência de diferentes tipos de níveis de letramento, acentuando-se a dificuldade em definir quais habilidades e conhecimentos caracterizam uma pessoa letrada e tornando pouco explicativa e muito simplificadora as dicotomias: analfabeto/alfabetizado, analfabetismo/letramento e iletrado/letrado.

Partindo dos saberes já constituídos, faz-se necessário desenvolver as habilidades das crianças, dos jovens e dos adultos, no sentido de promover as competências comunicativas necessárias, isto é, desenvolver as potencialidades de comunicação, no que diz respeito à fala, à capacidade de argumentação eficaz e, com isso, construir oportunidades reais de participação e de decisão nos diferentes contextos sociais. O letramento requer que uma base cultural seja garantida, o que faz com que os conteúdos escolares, as disciplinas ministradas ganhem importância, assim, ao longo dos anos escolares suas habilidades e competências adquiridas, podem ser expressas no desenvolvimento intelectual, no amadurecimento psíquico e afetivo, na formação humana e cultural de sujeitos sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, na história do desenvolvimento da educação no Brasil, o problema do analfabetismo foi privado de sensibilidade e atenção. Somente a partir das primeiras décadas do século XX, é que as forças políticas e nacionalizadoras deram importância a essa causa.

A palavra alfabetização, antes tida como forma enrijecedora de aquisição do código escrito da língua em situação escolar, passou a designar um processo de caráter funcional e instrumental, relacionado com o ideal político liberal de democratização da cultura e da participação social.

Emergem, em paralelo às novas discussões, em meados dos anos 1980, os sentidos para a palavra letramento, primeiramente como sinônimo de alfabetização, posteriormente como práticas sociais de leitura e escrita. De modo que, após muitos estudos, os termos alfabetização e letramento passaram a ser tratados como práticas inter-relacionadas e complementares entre si, mesmo com suas especificidades. Desses conceitos vimos compartilhar a educação.

Além da contribuição para a reflexão sobre problemas culturais e sociais mais amplos, entre o conceito de letramento, que abrange os usos e funções sociais da leitura e da escrita em uma sociedade letrada, e o conceito de educação, que abrange processos educativos que ocorrem não apenas em situação escolar, mas também em situações não-escolares, vêm-se evidenciando uma relação bastante fecunda e promissora, no sentido de avanços na conquista de direitos humanos básicos e que devem ser distribuídos igualmente entre todos, a favor do exercício pleno da cidadania.

Espera-se que se considere a existência de diferentes tipos de níveis de letramento, acentuando-se a dificuldade em definir quais habilidades e conhecimentos caracterizam uma pessoa letrada e tornando pouco explicativa e muito simplificadora as dicotomias: analfabeto/alfabetizado, analfabetismo/letramento e iletrado/letrado. Ainda assim, não se pode considerar a alfabetização como pré-requisito para o letramento, nem reduzir letramento a um conceito escolarizado. Apesar dos problemas envolvidos, porém, não se pode também separar o letramento escolar do letramento social, as experiências de leitura e escrita na escola acabam por habilitar a participação em experiências extraescolares de letramento, assim como também não se pode de forma radical separar o letramento da alfabetização, da escolarização e nem, tampouco, da educação.

Com efeito, letrar para a completude do sujeito requer esforços e investimentos em todos os níveis, pois o sujeito se torna completo quando tem o direito de ocupar o seu lugar não só no espaço econômico, como também no social, no político e no cultural. Amplia-se, desse modo, a urgência de que a escola incorpore, no seu Projeto Pedagógico uma concepção mais ampla do ato de ensinar a ler e escrever, que resulta em ações culturais; que se esforce em produzir e sustentar condições de práticas de letramento. Não se trata, portanto, de responsabilizar um ou outro, mas de entender que todos podem trabalhar juntos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. 2. ed. Brasília: MEC/SEF; Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 202.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1997.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo percurso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 96.

CURY, Carlos R. J. *Cidadania republicana e educação: governo provisório e congresso constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 205.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: 2001. p. 144.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e letramento*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 136.

RIBEIRO, Vera Masagão. *Indicadores de analfabetismo*. Introdução 2. Instituto Paulo Montenegro - Biblioteca. Disponível em <http://ipm.org.br/>. Acesso em 26 de março de 2005.

SOARES, Magda. *Letramento e escolarização*. São Paulo: Autêntica, 1999. p. 102.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 95.

TFOUNI, Leda V. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1998. p. 96.

TFOUNI, Leda V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez. 1995. p. 132.

VILLELA, Heloísa de O. S. *O mestre-escola e a professora*. In LOPES, Eliana M.e outros (Org.) 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 148.